



i

## Apesar do excedente no primeiro semestre, economistas divergem sobre "brilharete" no déficit



Beatriz Ferreira  
Texto

Superavit de 0,8% no primeiro semestre do ano torna "provável" brilharete de Medina no déficit, dizem alguns economistas. Outros estão mais cautelosos: incerteza sobre final do ano gera dúvidas.

23 set 2022, 20:09  5 



Oferecer

Não era impensável e era até dado como provável por alguns economistas. As contas do Estado fecharam o segundo trimestre do ano com um excedente, que se fixou em 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o que, conjugado com o déficit de 0,4% nos primeiros

três meses, coloca as administrações públicas num saldo de 0,8% na primeira metade do ano. Um resultado positivo — aliás, o único superavit registado num primeiro semestre em Portugal nas últimas décadas — tendo em conta que o Executivo mantém a projeção de 1,9% de défice em 2022.

A segunda metade do ano já deverá ser marcada pela reversão do feito, com os quatro economistas contactados pelo Observador a dividirem-se sobre a facilidade, ou dificuldade, de cumprir a meta do Governo. Nenhum diz acreditar que o final do ano vai baralhar negativamente as contas do Governo e dois admitem mesmo um resultado melhor do que o esperado.

NEWSLETTER



### Enquanto dorme... O mundo não pára

Todas as manhãs na sua inbox, tudo o que precisa de saber

pedro.ms.brinca@gmail.com



Já, pelas respostas enviadas ao Observador por email, Paulo Rosa, economista do Banco Carregosa, parece o menos otimista, ao antecipar um abrandamento das receitas fiscais nos últimos três meses e um aumento da despesa com as medidas do Governo destinadas a mitigar os efeitos da inflação nas famílias e nas empresas. É por isso que prevê que a meta de 1,9% para o défice **“será cada mais difícil de alcançar”**. “A viabilidade dessa meta de um défice de 1,9% em 2022 **dependerá muito da execução orçamental no último trimestre**, de outubro a dezembro”, defende.

## Estado com excedente de 0,8% no 1.º semestre

23 set 2022, por Beatriz Ferreira



**Mais otimista está o Conselho das Finanças Públicas (CFP).** Com as receitas fiscais, à boleia da inflação, e as contribuições sociais, à boleia das melhorias no mercado de trabalho, a evoluírem acima do esperado, o organismo liderado por Nazaré Costa Cabral reviu mesmo, na quinta-feira, o défice em baixa e agora acredita que fique em 1,3% do PIB este ano (em vez de 1,6%). “Os agentes económicos não ajustam no imediato as suas decisões de consumo e investimento, **com benefícios sobre a receita fiscal**, em particular nos impostos que incidem sobre o consumo dos agentes económicos, isto é, nos impostos indiretos”, justifica o Conselho, no relatório em que atualiza as perspetivas económicas e orçamentais.

Essa estimativa, porém, não tem em conta o impacto do plano de apoio às empresas “por insuficiente quantificação do efeito anual” — o Governo fala num custo de 1,4 mil milhões de euros, só que 600 milhões são crédito —, mas incorpora as medidas de “natureza pontual e de emergência superior em cerca de 2 pontos percentuais do PIB ao que era conhecido em março”.

### **CFP vê economia a crescer 1,2% em 2023**

22 set 2022, por Ana Sanlez



O Executivo não mexeu na meta do défice que fixou em abril, quando entregou o Orçamento do Estado para 2022, mesmo apesar dos acontecimentos dos últimos meses, incluindo as crescentes receitas fiscais, impulsionadas pelo IVA. E apesar de o PIB nominal (o denominador do rácio) projetado pelo INE para 2022 ter subido 2,8% no segundo trimestre de 2022 face ao trimestre anterior.

Aliás, a argumentação do Governo tem sido que essas receitas adicionais à boleia da inflação, de 2,4 mil milhões de euros, serão devolvidas no pacote de apoio criada para as famílias. O CFP tem

contas diferentes e calcula que a subida dos preços permitiu ao Estado arrecadar mais 4,2 mil milhões de euros face ao previsto em abril.

João Borges de Assunção, responsável pelo núcleo de estudos de economia da Católica, não vai tão longe quanto o CFP nas respostas dadas ao Observador, mas acredita que um défice de 1,9% é possível e diz mesmo que “**seria original**” se o Ministério das Finanças mudasse essa previsão daqui a menos de um mês, quando apresentar a proposta de Orçamento do Estado.

“Penso que o excedente do primeiro semestre é compatível com o valor dos pacotes da inflação e o défice no final do ano. Bem como com a inflação esperada este ano [7,4% nas estimativas do Executivo]. Nesse sentido estou à espera que o Governo apresente, no relatório do Orçamento de Estado para 2023, **um défice de 1,9% do PIB nominal, em 2022**”, indica, ao Observador, por email.



### **Despesa na saúde leva a ligeira revisão em alta do défice de 2021 para 2,9%**

↓ Mostrar

O professor da Católica defende que se os pacotes de inflação tiverem um impacto significativo nas finanças públicas deste ano, “**o Ministério das Finanças tem a obrigação de apresentar as consequências financeiras** dos referidos pacotes para que se possa avaliar a adequação das medidas e os seus efeitos esperados”.

Pedro Braz Teixeira, diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, é dos que admite que a meta seja não só cumprida como até superada, naquilo que seria um verdadeiro brilharete orçamental no ano de estreia de Fernando Medina. Com a inflação nos níveis em que está, a meta do défice parece “**muito fácil de atingir**”, mesmo com o pacote orçamental prometido pelo

Governo, ou até ficar abaixo, mas não ao ponto de virar excedente. “É muito fácil, mesmo com o pacote orçamental, cumprir os 1,9%. **Aliás, provavelmente, vai ficar abaixo**”, indica.

“As receitas com IVA e contribuições sociais estão acima do orçamentado. Acho que o Governo não vai gastar toda a margem nos pacotes e já está a contar” com um eventual abrandamento da atividade económica, sublinha. “**A folga realmente é enorme e não vão gastá-la toda.**” E isso permitiria uma almofada para enfrentar um ano de 2023 que se avizinha mais negro.

### **Inflação contribui para “melhoria expressiva”**

Para já, os dados do segundo trimestre ajudam a impulsionar as contas públicas. Uma evolução que não foi surpreendente para Paulo Rosa, do Banco Carregosa, que já previa um excedente, ainda que “ligeiro”, de abril a junho, dando ao semestre um excedente de 0,8%.

“A reabertura da economia após a pandemia tem permitido **uma maior arrecadação de receita** e uma **melhoria nos gastos públicos**, nomeadamente da despesa relacionada à Covid-19. Também o **aumento significativo da inflação** tem impulsionado as receitas do Estado em termos nominais e justifica a melhoria das contas públicas nacionais relativamente ao trimestre homólogo do ano passado”, refere, ao Observador.

Para o INE, um excedente de 0,8% é uma “**melhoria expressiva**” não só face aos semestres homólogos da pandemia, 2020 e 2021, mas também 2019, o último ano sem Covid-19 e em que Portugal registou, no total do ano, um excedente de 0,1%. Este feito do semestre é resultado de um **aumento da receita em 12,4%**, impulsionada pela “recuperação da atividade económica” face ao mesmo período do ano anterior, uma altura que ainda não foi de normalização da atividade económica. Mas também se deve à evolução do mercado de trabalho no pós-pandemia — por exemplo, as despesas com prestações de desemprego estavam a

descer pelo menos até julho e, segundo o INE, as contribuições sociais aumentaram 7,9% face ao primeiro semestre de 2021.



## Governo revê em baixa peso da dívida no PIB

↓ Mostrar

A inflação também tem uma quota-parte, alavancando a **receita fiscal**, sobretudo por via dos impostos indiretos, como o IVA, para uma subida de 20,7%. As vendas também subiram (16,5%). No caso da despesa, o INE salienta a diminuição dos subsídios — devido à redução dos apoios da pandemia, do desconfinamento e da progressiva normalização da atividade — e dos encargos com juros, em 72,8% e 11,4%, respetivamente. Já as prestações sociais aumentaram de 18,6 mil milhões para 19,2 mil milhões.

Pedro Braz Teixeira, antecipou à Lusa, antes da divulgação do destaque do INE, que esperava um déficit para o segundo trimestre, ainda que pudesse ser ligeiro. É que a divergência entre a ótica da contabilidade pública (ótica de caixa, correspondendo a todas as despesas que são pagas no período contabilístico) e a contabilidade nacional (que já tem em conta os compromissos, ainda que não se tenham concretizado) era significativa, com a primeira a ser positiva e a segunda negativa (-0,4%).

O resultado foi melhor do que esperado, mas ainda assim não deixou Braz Teixeira totalmente surpreendido. “**Havia claramente uma folga que permitia ao Estado gastar mais.** Nessa medida, não surpreende este excedente”, frisa.

Mas o futuro é cada vez mais incerto, dizem os economistas. Pela crise energética, a inflação e a subida das taxas de juro pelo Banco Central Europeu (BCE), numa altura em que a guerra na Ucrânia não tem fim à vista, e em que uma possível recessão na Alemanha é vista como provável. Como consequência, o rendimento das

famílias e as contas das empresas vão caindo “**contribuindo para uma queda da receita fiscal e um aumento da despesa pública** para mitigar as graduais dificuldades das famílias e das empresas penalizadas pelos efeitos da crise”, afirma Paulo Rosa.

Os efeitos para as famílias já se começam a ver na redução da taxa de poupança, que diminuiu 1,4 pontos percentuais no segundo trimestre do ano, face ao trimestre anterior, para 5,9% do rendimento disponível bruto, o que, segundo o INE, foi resultado do aumento do consumo privado em 2,7%, superior ao crescimento do rendimento disponível (1,2%).

### Ainda é cedo para acenar com tréguas na inflação

31 ago 2022 , por Alexandra Machado



O economista está pessimista em relação ao final do ano, antecipando que os terceiro e quarto trimestres de 2022 apresentem já défices orçamentais das contas públicas, “**à medida que a economia desacelera acentuadamente**”.

Pedro **Brinca**, economista da Nova SBE, acredita que o déficit pode ficar abaixo do previsto pelo Governo, salientando as projeções do CFP (1,3%). Só que há vários “ses”. “Se a inflação continuar elevada, se o desemprego não disparar, se as falências não dispararem, **estou convencido de que vamos ter um déficit abaixo daquilo que estava previsto**. Mas há uma data de ‘ses’. Aí até vejo boas notícias relativamente ao que sabíamos antes. Hoje estamos muito mais seguros da nossa capacidade de substituir um corte russo”, indica. Há outras possíveis barreiras. “Boa parte do crédito que está sob moratória tem garantia pública. Se as pessoas não conseguirem cumprir, é óbvio que o Estado vai entrar, como aconteceu com a TAP e o Novo Banco”.

O pior virá em 2023, acredita Paulo Rosa. “Uma potencial recessão em 2023 tenderá a agravar ainda mais as contas públicas no próximo ano. **A folga orçamental do governo tenderá a ser cada vez menor**“, defende. O CFP admite um excedente de 0,1% do PIB em 2023, se não houver mais medidas de apoio às famílias.

## Economia não caiu. Sol deve pôr-se depois do verão

31 ago 2022, por Beatriz Ferreira



Pedro Braz Teixeira diz mesmo que se em 2022 “a inflação ajudou o déficit das contas públicas”, **em 2023 “vai ser tudo ao contrário**”: “A inflação vai agravar imenso as contas públicas, em todas as linhas. [O Governo] vai ter de aumentar salários [na função pública], os preços dos bens e serviços que comprou e vai aumentar a taxa de juro que [o Estado] terá de pagar. O crescimento económico vai ser enorme este ano, mas para o ano vai ser baixíssimo”, afirma.

Pedro **Brinca**, menos otimista, acrescenta que o CFP, apesar de não descartar uma recessão, prevê uma diminuição da taxa de desemprego em 2023, para 5,3%.

DÉFICE ECONOMIA ORÇAMENTO DO ESTADO FERNANDO MEDINA POLÍTICA

5



Oferecer